



No passado dia 20 de Junho realizou-se uma concentração que contou com a presença da Associação de Praças e da Associação Nacional de Sargentos. Esta concentração que se intitulou “Requiem pela Condição Militar”, teve lugar frente ao Ministério das Finanças em Lisboa e contou com a presença de cerca de 300 militares.



Em forma de apoio, algumas dezenas de militares que, impedidos pela distância de estarem presentes em Lisboa, decidiram juntar-se em locais centrais das cidades onde as suas unidades estão sediadas.

Com base nos últimos Orçamentos de Estado e no incumprimento das Leis, pelo próprio governo, consubstancia-se hoje o mais brutal ataque às condições de vida dos portugueses, que sem pejo nem humanidade promove o assalto aos direitos dos trabalhadores, da juventude, dos reformados e da população em geral, com particular violência para os trabalhadores da administração pública, do qual os militares como corpo especial fazem parte.

O governo concretizou medidas tais como o congelamento das remunerações e pensões, a Redução das remunerações entre 3,5 e 10%, desde 1JAN2011, a aplicação de uma taxa extraordinária em 2011 que originou o corte de cerca de 50% do subsídio de Natal, o corte dos subsídios de férias e de Natal a partir de 2012, sem horizonte temporal definido para a sua reposição. Situação que é precisamente no passado dia 20 se viu confirmada e que ao arrepio dos preceitos constitucionais da igualdade e da proporcionalidade se configura um «ROUBO», uma vez que os militares se veem subtraídos de um dos seus mais inalienáveis direitos: o Subsídio de Férias.

Uma vez que o Tribunal Constitucional já se pronunciou através do seu acórdão nº353/2012 pela inconstitucionalidade desta mesma medida, concluímos que a palavra “roubo” anteriormente utilizada não foi utilizada em vão. Se é inconstitucional logo é ilegal e deve ser prontamente corrigido o erro e pago o que é devido.

A mistificação que vem sendo feita em torno do “folhetim das promoções”, passando para a opinião-pública ideias erradas de tratamento excecional para os militares. No entanto o que se pretende com toda esta mistificação não passa de uma tentativa de abrir caminho a um sistema de promoções sectoriais e pontuais sem o consequente e respetivo direito remuneratório.

A redução de indemnizações aos militares que cessam contrato, quando as condições e as regras na sua admissão, legalmente consagradas, são subvertidas e desrespeitadas ou ainda o pagamento dessas prestações pecuniárias sem prazo determinado e muitas das vezes calculadas partindo de premissas erradas, o incumprimento por parte da Marinha e Força Aérea no pagamento do Suplemento de Residência aos militares do Regime de Contrato, ao contrário do Exército. Também aos militares do QP, o valor deste suplemento é processado por valores abaixo dos que determina a Lei, levando-os a interpor ações em Tribunal de modo a serem ressarcidos dos montantes que lhes são devidos.

O não pagamento do Suplemento de Condição Militar (SCM) aos militares em RC durante o período de formação complementar, o congelamento do tempo de serviço para efeito de progressão e promoção na carreira desde 1 Janeiro de 2011 quando esse mesmo tempo de serviço para efeito de progressão horizontal já tinha estado congelado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007, a redução das remunerações a cerca de 4000 militares resultante de reposicionamento na Tabela Remuneratória Única, por consequência das regressões, as consequências decorrentes da deficiente transição para o Novo Sistema Remuneratório que causou graves atropelos no que à antiguidade diz respeito, afetando cerca de 1200 praças do QP e cuja resolução não tem fim à vista.

O pagamento de retroativos aos militares que foram alvo de correção e que foram posicionados em PR superiores às que detinham, que nalguns casos atinge 21 meses, a redução exponencial do valor do subsídio por morte, a suspensão, desde JAN2010 a 31DEZ2011, do pagamento do Complemento de Pensão a partir dos 70 anos, e como se ainda não bastasse, os militares ou respetivos cônjuges sobreviventes, aderentes do Fundo de Pensões têm sido confrontados nos últimos dois meses com dificuldades de pagamento por parte da entidade



responsável e sem que se vislumbre uma solução alternativa para futuro.

Em suma, os cortes das remunerações, dos subsídios de férias e de Natal, consubstanciam uma redução em média do seu rendimento anual de 15%, ignorando deste modo que muitos dos militares, como certamente os seus concidadãos, assumiram compromissos com base nos rendimentos de que dispunham e que de repente, se veem, confrontados com situações que podem levar ao incumprimento das suas obrigações.

No final foi lida uma proposta de Moção que foi aprovada por unanimidade pelos militares presentes nesta concentração, que decidiram ainda mandar as Direções da ANS e AP para:

Fazer chegar junto do Primeiro-ministro estas exigências e preocupações de modo a que vejam respeitada e salvaguardada a Dignidade da Condição Militar e levarem a cabo as iniciativas necessárias para a defesa dos

seus interesses socioprofissionais e dos Militares das Forças Armadas, considerando a gravidade e pertinência das questões enumeradas.

Assim no dia 25 de Junho pelas 17H30 uma delegação da AP e da ANS foi recebida pelo assessor para a segurança nacional do gabinete do Primeiro Ministro, GEN Carlos Chaves, onde procederam à entrega formal da Moção e puderam transmitir os problemas que estas decisões estão a causar na moral e na coesão dos militares.

Por todas estas razões iremos continuar a luta pelos nossos direitos.

Agora mais que nunca é da obrigação de todos encorpar esta luta pelos nossos direitos. Pelos que não vimos ainda reconhecidos mas acima de tudo pela manutenção dos poucos que ainda temos. E que fique claro de uma vez por todas: São direitos, não são regalias!

